

# TERRITÓRIOS PRECÁRIOS: DESEQUILÍBRIOS ENTRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO OESTE DA BAHIA

Territoires précaires: déséquilibres entre croissance économique et développement social dans l'ouest de Bahia

Territories precarious: imbalances between economic growth and social development in West of Bahia

Marcos Leandro Mondardo<sup>1</sup>

*Universidade Federal da Grande Dourados - Brasil*

## RESUMO

No Brasil, a expansão arrasadora do agronegócio globalizado sobre novas áreas do Cerrado produz regiões funcionais especializadas na produção de commodities agrícolas, a exemplo do Oeste da Bahia. Se por um lado, esta moderna agricultura alcança altos volumes de produção com o aumento dos índices de produtividade, do outro, reproduz pobreza e desigualdade social/territorial nas cidades e no campo devido à destruição da natureza, à exploração do trabalho e a abusiva concentração de riqueza e renda. Por isso, o objetivo desse trabalho é analisar o desequilíbrio entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social dos três principais municípios desta região: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. A extrema desigualdade social divide economicamente o espaço regional em duas faces distintas: o território dos ricos e o território dos pobres, o "território do progresso" das extensas fazendas modernas do agronegócio e dos condomínios fechados e o "território precário" das inúmeras e crescentes periferias das cidades. Para transformar essa realidade da abusiva concentração de riqueza e renda, é necessário combater o discurso e a prática hegemônica da reprodução em escala macro do capital da moderna agricultura, para universalizar o acesso a bens e a serviços coletivos e tornar as condições dignas de vida e de trabalho.

**Palavras-chave:** território precário, crescimento econômico, desigualdade social, Oeste da Bahia.

## ABSTRACT

In Brazil, the overwhelming expansion of the global agribusiness on new areas of the Cerrado, creates functional regions specialized in the production of agricultural commodities, such as the West of Bahia. With accelerated growth of crops like soybeans, corn and cotton in addition to livestock, on the one hand, reach high volumes of production and increase productivity levels, on the other, reproduce social inequality and poverty/land in cities and rural areas due to the destruction of nature, labor exploitation and abuse of wealth and income concentration. Therefore, the aim of this paper is to analyze the imbalance between economic growth and social development of the three main cities of this region: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães and São Desidério. The extreme social inequality divides the economy of the regional space into two distinct sides: the territory of the rich and poor, the "territory of the progress" of modern large agribusiness farms and gated communities and "precarious territory" of the numerous and growing suburbs of cities. To change this reality of the abusive concentration of wealth and income, it is necessary to combat the ideological discourse and practice of macro-scale reproduction of the capital of modern agriculture, to provide universal access to collective goods and services and make decent living and working.

**Keywords:** territory precarious, economic growth, social inequality, West of Bahia.

## RÉSUMÉ

Au Brésil, l'expansion écrasante de l'agro-alimentaire mondiale sur les nouveaux domaines du Cerrado, crée des régions fonctionnelles spécialisées dans la production de produits agricoles, tels que l'ouest de Bahia. D'une part, atteindre des volumes élevés de production et d'augmenter les niveaux de productivité, d'autre part, de reproduire les inégalités sociales et la pauvreté/la terre dans les villes et les zones rurales en raison de la destruction de l'exploitation du travail la nature, et les abus de la richesse et la concentration des revenus. Par conséquent, l'objectif de cet article est d'analyser le déséquilibre entre la croissance économique et le développement social des trois principales villes de cette région: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães et de São Desidério. L'extrême inégalité sociale divise l'économie de l'espace régional en deux parties distinctes: le territoire du territoire de l'riches et les pauvres, le «territoire de l'état d'avancement" de modernes fermes agro-industrie et les gated communities et «territoire précaire» des banlieues de nombreuses et en croissance de villes. Pour changer cette réalité de la concentration abusive des richesses et des revenus, il est nécessaire de lutter contre le discours idéologique et la pratique de la macro-échelle de reproduction du capital de l'agriculture moderne, de fournir un accès universel aux biens et services collectifs et rendre la vie et de travail décentes.

**Mots-clés:** territoire précaires, la croissance économique, l'inégalité sociale, Ouest de Bahia.

## INTRODUÇÃO

Uma das questões fundamentais que envolvem atualmente o Oeste Baiano é como

transformar o acelerado crescimento econômico em desenvolvimento social. Desde a década de 1980 a região vem passando por intensas

transformações, especialmente, com a expansão da “modernização da agricultura”. Com esse processo, foram criadas e territorializadas redes agroindustriais de conexões globais, vinculadas principalmente ao complexo agroindustrial da soja, milho e algodão e difundidas por fazendeiros (principalmente, “gaúchos”) e empresas multinacionais como a Bunge e a Cargill.

Os fazendeiros “gaúchos”, por sua vez, conjugam tentativas de controle político e econômico. Estes criam um redesenho de territórios que não apenas corroboram para essa nova dinâmica territorial, mas que envolvem também a tentativa de legitimar o domínio econômico com a criação de novas unidades político-administrativas. Exemplo desse domínio territorial se manifesta pela criação, no ano de 2000, do município de Luís Eduardo Magalhães (desmembrado de Barreiras), e com as tentativas crescentes emancipacionistas em favor da criação do estado do Rio São Francisco.

Se por um lado na última década as monoculturas de soja, algodão, milho e café colocaram o Oeste da Bahia em definitivo no cenário nacional da produção agrícola, a propalada pujança econômica não está sendo revertida em desenvolvimento social. A região se configura como uma das mais pobres do estado da Bahia em termos de desenvolvimento social, especialmente pela formação de bolsões de pobreza nas suas principais cidades como em Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães com precária infraestrutura básica de saúde, educação, saneamento, pavimentação de estradas, dentre outros indicadores sociais.

Por isso, o objetivo desse trabalho é analisar a relação desequilibrada entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social no Oeste da Bahia, especialmente, a partir do cruzamento e análise de dados e informações referentes à produção da agricultura moderna e de indicadores de desenvolvimento social da região. É importante ressaltar que os resultados desse trabalho que, aqui apresentamos, é parte de uma pesquisa mais ampla que desenvolvemos na Universidade Federal da Bahia, desde o final do ano de 2009, com o objetivo de compreender as mutações territoriais produzidas no Oeste Baiano pelo processo de “modernização agrícola”.

Para atingir esse objetivo, propomos, de um lado, analisar dados e informações referentes ao crescimento econômico agrícola da região, especialmente, dos municípios de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães; e, de outro, investigar dados e informações de indicadores do desenvolvimento social dos mesmos municípios. Por fim, pretende-se desenvolver uma análise geográfica para identificação da produção de territórios precários – da pobreza e da exclusão social – na relação descompassada entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Com isso, procuramos revelar e problematizar a acentuada desigualdade social que a cada dia mais cresce e assola uma parcela significativa de moradores da região.

Para o desenvolvimento da pesquisa, operacionalizamos o trabalho pelo imprescindível levantamento bibliográfico, a leitura e a análise sobre a noção de “território precário” e das temáticas de pobreza, fronteira

agrícola, agronegócio, modernização da agricultura no Brasil e no Oeste Baiano, crescimento econômico, desigualdade social e desenvolvimento humano. Além disso, realizamos levantamentos de dados e informações sobre os indicadores sociais como o IDH, geração de emprego e renda, número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família e outras políticas públicas de combate à pobreza. Importante também nesse levantamento foi o número de ocorrência de trabalho escravo, os indicadores de saneamento básico, saúde, educação e infraestrutura urbana, dentre outros.

#### **A DUPLA FACE DE UMA REGIÃO: DO CRESCIMENTO ECONÔMICO AGRÍCOLA AO PRECÁRIO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

A região Oeste da Bahia tem como característica sua dupla face: de um lado, a moderna e pujante agricultura e, do outro, a precariedade das condições de vida da maioria de seus habitantes. Por isso, para analisar esse processo de expansão da fronteira agrícola, situamos este trabalho no contexto dos processos de reestruturação produtiva da agropecuária brasileira com os impactos provocados à reorganização do território nacional, às relações sociais de produção e ao incremento da urbanização que se impõe, como realidade hegemônica, a partir da década de 1970.

É importante lembrar, segundo Haesbaert (1995), que toda essa dinâmica do avanço das relações capitalistas no movimento de expansão da agricultura moderna envolve a mobilidade

de “gaúchos” e do capital oriundos de cooperativas agrícolas dos estados do Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). A partir da década de 1970, estes migrantes impulsionados pelo Estado e pela grande “oferta” de terras, “invadem” o interior do Brasil e, nesse movimento, o extremo Oeste Baiano, a partir da década de 1980, para a expansão da fronteira agrícola moderna.

Destacam-se, nesse processo, às novas e especializadas territorialidades emergentes ligadas aos setores do agronegócio globalizado na fronteira agrícola do Cerrado Baiano. No entanto, como veremos, para além do crescimento econômico proliferam em todos os cantos da região territórios de precariedade, instabilidade, pobreza e exclusão social.

Nesse sentido, antes de analisarmos o surgimento de “territórios precários”, precisamos, primeiro, definir o que entendemos por território. De acordo com Haesbaert (2004, p. 43), desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, “material e simbólica”, pois “etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar)”. Assim, território “tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no ‘*territorium*’ são impedidos de entrar”.

Nessa perspectiva, o território envolve sempre as relações de poder e seu entrelaçamento, concomitante, com o poder simbólico, ligando dominação (político-disciplinar-econômica) e apropriação (identitária-afetiva) de uma parcela do espaço.

Por isso, devemos buscar uma análise “vendo o território (e, conseqüentemente, a espacialidade na qual ele é construído), como *sempre* um “híbrido” [!] entre materialidade e imaterialidade, funcionalidade e expressividade” (HAESBAERT, 2004, p. 270). Isso implica entender a imbricação entre o sentido “funcional” do território (a função social que esse recorte espacial desempenha como a casa, a rua, o comércio...), e os significados, a “expressividade”, o sentimento (“positivo” ou “negativo”) identitário-simbólico que cada indivíduo e/ou grupo cria e têm, *no* morar, habitar, trabalhar em determinada parcela do espaço.

Para Haesbaert (2004, p. 96), de acordo com “o grupo e/ou classe social, o território pode desempenhar os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica”. Entretanto, enquanto “alguns se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo”. Assim:

Enquanto *continuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeito, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência – pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe). Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os

constróem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. Os objetivos do controle social através de sua territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo (HAESBAERT, 2008, p. 22).

O território deve ser visto como espaço dominado onde operam múltiplos poderes, hegemônicos e subalternos. É construído por uma relação contraditória e ambivalente de forças antagônicas, complementares e relacionais entre diferentes e divergentes sujeitos, grupos, classes e instituições. Essas forças se corporificam como hegemônicas e de resistência na disputa por determinada área. Essa área, quando dominada, se torna território pela imposição de uma lógica dominante.

Partimos da compreensão de Haesbaert (2006, p. 17) de que a “exclusão aviltante ou as inclusões extremamente precárias a que as relações capitalistas relegaram a maior parte da humanidade faz com que muitos, no lugar de partilharem múltiplos territórios, vaguem em busca de um”, o “mais elementar território da sobrevivência cotidiana”. Esses territórios precários são aqueles que abrigam grupos minoritários que parecem não ter lugar numa região como a do Oeste Baiano, apropriada e dominada pelo agronegócio, onde se conformam “aglomerados humanos de exclusão” nas periferias das cidades. Desse modo:

(...) como ninguém pode estar completamente excluído da sociedade, mas precariamente incluído – ainda que esta precarização atinja o nível máximo dos “campos” (...) ninguém pode estar

completamente destituído de território, mas precariamente territorializado – tanto pela mobilidade em territórios frágeis como pela reclusão em territórios precários (como os acampamentos e “tetos” temporários) quanto através da fixação pela reclusão em territórios precários (como os verdadeiros guetos) [ou, ainda, em favelas]. Ao contrário da sociedade, entretanto, que não pode ser totalmente excluída do território, podemos “excluir” territórios da ocupação humana – sem que isto, no entanto, signifique que eles não sejam espaços socialmente incorporados e produzidos (HAESBAERT, 2006, p. 50).

Martins (1997) considera que, hoje, a palavra *exclusão* está desmistificando a palavra *pobre*; a exclusão é confundida, muitas vezes, com a pobreza. Para o autor, o problema da exclusão nasce com a sociedade capitalista, pois é uma “sociedade que tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir porque deve ser lançado no mercado. A lógica do sistema capitalista é o mercado, é o movimento, é a circulação” (MARTINS, 1997, p. 30).

Nessa lógica, o sistema capitalista exclui para incluir precariamente, sendo que, a exclusão social seria, portanto, uma inclusão precária: “todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não fomos desenraizados e excluídos”. Faz parte da lógica de exclusão, a inclusão, pois “a sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, inclui de outro modo, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão” (MARTINS, 1997, p. 32).

A produção de territórios precários está associada a muitos indicadores sociais, especialmente, aos níveis de pobreza. Segundo Salama e Destremau (1999), a pobreza é um

conceito multidimensional, pois está intimamente relacionada à falta de algo na vida das pessoas, desde um bem material, ao acesso a serviços básicos, à alimentação até conforto e felicidade. Os principais fatores que estão relacionados à pobreza são a falta de infraestrutura e serviços básicos de saúde, educação, comércio, meios de comunicação, informação e transporte, impossibilidade de exercer direitos públicos, ausência de dignidade e respeito, falta de acesso ao lazer e a degradação do meio ambiente. Além destes, a falta de moradia, de emprego, impossibilidade de consumir, o que se transformou em “necessidade” básica na sociedade capitalista atual, são elementos de importância equivalente, na maioria das regiões brasileiras, para a compreensão da pobreza.

Assim, propomos pensar a produção de territórios precários no Oeste da Bahia, principalmente, identificando-os nos municípios de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães como um processo altamente complexo e diferenciado que aparece acoplado:

- A. Às classes sociais e aos grupos culturais a que está referida;
- B. Aos níveis de “desvinculação” com o território no sentido de:

b1. Presença de uma base física minimamente estável para a sobrevivência do grupo social, o que inclui seu acesso à infraestrutura básica como moradia, água, energia elétrica, esgoto, estradas pavimentadas e acesso aos meios de comunicação (TV e internet), por exemplo;



b2. Acesso aos direitos básicos de cidadania, garantidos, ainda hoje, pelo Estado nacional;

b3. Níveis de exploração do trabalho e renda.

O Oeste da Bahia vive, assim, uma fase de grandes e intensas mutações territoriais desde a década de 1980, com cada vez mais importância e participação da ciência, da técnica e da tecnologia no processo de produção/organização dessa fronteira agrícola. Na região as atividades agroindustriais são concentradas, especialmente em Barreiras que, por meio de uma rede de atividades produtivas e de serviços modernas, expande-se territorialmente interligando vários municípios da porção Oeste do estado como: Luís Eduardo Magalhães (cidade da agroindustrialização, de comercialização e assistência técnica da especializada agricultura moderna), e São Desidério (das “gigantes” fazendas de expressiva produção/produktividade de algodão). Esse processo promoveu intensa atração de capital e de força de trabalho com um crescimento econômico acelerado e desordenado (MONDARDO, 2011).

Foi assim que muitos migrantes da região Sul do Brasil deixaram de serem agricultores para se tornarem empresários agrícolas no Cerrado baiano. Como considera Elias (2006), estes são signos da formação de uma classe média agrícola, cuja residência passa a ser a cidade próxima ao espaço agrícola no qual realiza sua atividade produtiva, na grande parte das vezes em cidades que podem ser chamadas de *cidades do agronegócio*. Esses médios e grandes

empresários agrícolas, integrados ou não à agroindústria, são os difusores da soja nos Cerrados da Bahia.

Entretanto, essa difusão do novo pelas cidades de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães é desigual e ambivalente, produtora de paradoxos através da pobreza também gerada em muitos bairros periféricos que crescem pelas cidades como, por exemplo, em Barreiras nos bairros Santa Luzia, Cascalheira, Santo Antônio, Conjunto Habitacional Rio Grande, Morada da Lua, Vila Brasil, dentre outros.

Os desdobramentos sociais, políticos e territoriais da incorporação dessas cidades ao projeto de modernização são muitos, pois cada inovação transforma profundamente a distribuição geográfica da produção, as relações de trabalho e as relações de poder dos agentes do sistema produtivo, colocando, por exemplo, fazendeiros e empresas multinacionais (como a Bunge e Cargill) no exercício do poder econômico e político regional.

Observa-se que está um curso nessas cidades um processo de mudança econômica, social e política no qual estão em jogo os interesses do capital global difundido pela “máquina” do agronegócio, cujos fazendeiros assumem muitas vezes serem os difusores desse projeto de modernização por meio de novas territorializações, pelo crescimento do capital agropecuário no campo, no surgimento de novas territorialidades e pela hegemonia de um modo de vida urbano calcado no novo, no moderno, no agronegócio.

Com um crescimento ascendente da agricultura moderna, as transformações

operadas pelo setor, ocorreram, tanto no espaço rural como no urbano, por meio uma “modernização aos saltos” (pela rapidez e intensidade do crescimento econômico e da transformação socioespacial) geradora de grande riqueza e simultaneamente de muita pobreza. Nesse contexto, os municípios de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães passaram nas últimas três décadas por profundas mutações na sua estrutura produtiva agrícola com repercussões e ligações inerentes ao espaço urbano pelo vertiginoso crescimento da população urbana, o que formou, conseqüentemente, extensas áreas de periferização.

Fundamentalmente, há uma lógica modernizadora hegemônica territorializada no Oeste Baiano. Esta articula a escala local com a internacional, organizando o espaço a partir de imposições por um discurso ideológico e de normas do mercado internacional que geraram, na contra-face desse processo, inúmeros territórios precários, pois o propalado crescimento econômico agrícola é anunciado como aquele que pode trazer a “riqueza”, o “progresso” e o “desenvolvimento” da sociedade. Como considera Dupas (2006), o “progresso foi transformado em discurso hegemônico [e ideológico] do sistema capitalista”, sendo associado normalmente ao crescimento econômico e ao “desenvolvimento” social.

O filósofo Cornelius Castoriadis (1987, p. 139), afirma que “já faz algum tempo que o ‘desenvolvimento’ tornou-se tanto um *slogan* quanto um tema da ideologia oficial e ‘profissional’ – bem como das políticas dos

governos”. Nesse sentido, tem se intensificado atualmente o questionamento sobre o preço que a grande maioria da população e a natureza pagam por esse modelo econômico implantado, pois:

O sistema social estabelecido começou a ser criticado não porque ele seria incapaz de assegurar o crescimento, nem porque distribuía desigualmente os “frutos do crescimento” – tradicionais críticas da esquerda – mas, porque ele se preocupava *apenas* com o crescimento e promovia *apenas* o crescimento – um crescimento de tipo determinado, com um conteúdo específico, que acarretava determinadas conseqüências humanas e sociais. Com insistência crescente, começou-se a levantar a questão do “preço” que os seres humanos e as coletividades tinham de “pagar” pelo crescimento (CASTORIADIS, 1987, p. 141).

No Oeste Baiano a concentração abusiva de riqueza é fator determinante para a expansão econômica desequilibrada. A extrema e aviltante desigualdade social entre fazendeiros e trabalhadores, por exemplo, divide economicamente a região e, especialmente, seus municípios mais pujantes em duas faces distintas e ao mesmo tempo interligadas: o território dos ricos e o território dos pobres, os territórios das grandes e modernas fazendas do agronegócio e os territórios das inúmeras e crescentes periferias das cidades, da localização da pobreza, da precária infraestrutura, da presença dos pobres.

A seguir, nas fotos 1 e 2, apresentamos essa cisão construída pela desigualdade social no Oeste Baiano.



**FOTO 1** - Território precário - Loteamento Bela Conquista - Barreiras

Foto: Marcos Mondardo, 10/07/2011



**FOTO 2** - Silo em fazenda de Algodão - São Desidério

Foto: Marcos Mondardo, 05/03/2011.

Por isso, consideramos, levando em conta as reflexões do geógrafo Josué de Castro (2001), que o desenvolvimento social não deve e nem pode ser avaliado unicamente pela expansão da riqueza financeira e material do crescimento econômico. O desenvolvimento implica mudanças sociais sucessivas e profundas que acompanham inevitavelmente as transformações municipais e regionais em torno da melhoria das condições de vida das pessoas (objetivas e subjetivas) na saúde, educação, moradia, lazer, estradas, conforto, felicidade dentre outros indicadores.

O conceito de desenvolvimento nesse sentido não é meramente quantitativo, mas compreende, sobretudo, os aspectos qualitativos dos grupos humanos a que concerne. Como afirmou Josué de Castro ao desenvolver seus estudos em *A Geografia da Fome* (2001, p. 67), “o verdadeiro desenvolvimento é o desenvolvimento humano”. O ser humano em primeiro lugar e como fator de desenvolvimento, o ser humano como único beneficiário do desenvolvimento e não um mero pêndulo da reprodução do capital.

Se verificarmos como ocorre essa relação entre crescimento econômico e desenvolvimento humano no Oeste da Bahia, e notadamente, nos seus principais municípios, veremos uma relação descompassada por uma abusiva geração da desigualdade social que, conseqüentemente, produz territórios da precariedade. De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2010), a região Oeste teve, no ano de 2009, o quinto maior Produto Interno Bruto da Bahia, sendo no valor de 5.841,03 milhões e tendo nos municípios de São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães respectivamente suas maiores concentrações.

Já no ano de 2010, conforme os dados do IBGE da pesquisa PAM (Produção Agrícola Municipal), o Oeste Baiano passa a ter o principal município brasileiro em receitas no país, desbancando a tradicional posição do município de Sorriso no Mato Grosso. São Desidério, conforme dados do IBGE, obteve R\$ 1,1 bilhão de receita no ano 2010, de um total de R\$ 154 bilhões obtidos no país todo. Esse município ganhou a primeira posição porque é



o maior produtor de algodão do país, sendo responsável por 16% de toda a produção brasileira do produto e por 47% do que é colhido na Bahia. A expressiva produção de algodão, soja e milho faz do município, de 28 mil habitantes, um “orgulho” por ter a segunda maior produção agropecuária do país, e o 112º PIB per capita (soma de bens e serviços produzidos, dividida pelo total de habitantes) entre os 5.564 municípios brasileiros. Como o algodão atingiu preços recordes no mercado internacional, as receitas dos produtores da região aumentaram. O município está bem posicionado, ainda, na produção de milho, detendo a sexta posição nacional, e da soja, com a décima posição.

A região, por isso, vem a cada nova safra batendo recordes de produção agrícola como, por exemplo, da soja que alcançou na safra 2010/2011 a marca de 3.696.000 milhões de toneladas, e do milho que atingiu nessa mesma safra o valor de 1.496,3 milhões de toneladas tendo nos municípios de Luís Eduardo Magalhães, São Desidério e Barreiras as maiores produções regionais.

Olhando assim apenas para a atividade econômica pujante, os municípios de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães parecem “territórios de prosperidade” no extremo Oeste da Bahia. Essa aparente riqueza, no entanto, não se traduz em bons indicadores de desenvolvimento social e nem em melhoria das condições de vida da maioria dos seus habitantes. Essa contradição está atrelada a um modelo de crescimento econômico, o agronegócio, que concentra riqueza e terras nas mãos de poucos fazendeiros e empresas

multinacionais, e que gera poucos empregos, além de explorar demasiadamente a força de trabalho e destruir a natureza com o uso abusivo dos recursos.

Essa nova fronteira agrícola se expande territorialmente, criando, inclusive, uma nova regionalização pela “territorialização” do agronegócio, a chamada região Mapitoba. Fazem parte desta, no Oeste da Bahia (principalmente os municípios de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães), no sul Maranhense (Balsas), no sul do Piauí (liderados por Uruçuí e Bom Jesus), e no norte de Tocantins (especialmente em Araguaína). Para essa nova região da fronteira agrícola moderna a migração de trabalhadores oriundos do Sul e do Nordeste é uma constante, especialmente, para municípios polos do agronegócio.

Muitas destas fazendas ditas modernas, entretanto, se utilizam de trabalho escravo. Em levantamento de matérias de jornais regionais, estaduais e nacionais pudemos verificar que o trabalho escravo no Brasil acompanha a expansão das fronteiras agrícolas modernas e da pecuária. Em latifúndios monocultores voltados para a exportação ou nas extensas fazendas de criação de gado é comum esse tipo de prática. No entanto, essa face obscura do agronegócio é negada, ocultada e camuflada em meio ao discurso da propalada riqueza produzida, sustentado pela ideologia de uma forma de crescimento econômico como único motor para o desenvolvimento regional.

No Oeste Baiano o agronegócio não foge à regra. Hoje a região se constitui numa das principais do Brasil que apresentam municípios com as maiores ocorrências de trabalho escravo

na última década, como podemos verificar em algumas matérias levantadas em jornais regionais:

Mais 33 lavradores que trabalhavam em condições análogas à de escravos foram libertados por uma operação conjunta do Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego e Polícia Federal. Eles exerciam atividades em condições degradantes em três fazendas localizadas nos municípios de Formosa do Rio Preto, no Oeste baiano, e em Barreiras do Piauí, sul piauiense. (...) A ação teve início dia 1º de maio e só foi concluída na última sexta-feira (11/05/2012), depois que os proprietários das fazendas flagradas utilizando mão de obra de menores e oferecendo condições precárias de alojamento, alimentação, higiene e transporte, além de não registrar os contratos de trabalho em carteira (...). Após dois dias de operações, o grupo flagrou 17 pessoas sendo transportadas à noite em rodovia movimentada, 13 delas sobre a carroceria de uma camionete, em situação de acentuado risco de acidente, ficando evidenciado que o aliciador de trabalhadores tentava furta-se à ação da fiscalização federal. O veículo foi parado e posteriormente escoltado até o local de destino. Os lavradores estavam sendo retirados, às pressas, da fazenda Olho Mágico, em Formosa do Rio Preto, após terem recebido informações de que o Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo estava na região. (<http://www.barreirasnoticias.com/2012/05/operacao-flagra-trabalho-escravo-no.html> - acesso em 05/06/2012)

Na Bahia, 294 trabalhadores foram libertados em fazendas da região Oeste e carvoarias nos últimos dois anos, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego. (...) Uma das preocupações da campanha é a recente retomada da migração para os pólos do agronegócio, tornando os trabalhadores vulneráveis para diversos tipos de exploração. “É um número representativo da utilização de mão de

obra escrava na Bahia, divulgado pelo próprio governo, que não deixa dúvidas para aqueles que insistem em afirmar a inexistência desta forma ‘arcaica’ de trabalho”, comenta Amélia Caputo, responsável na CPT Bahia pela Campanha de Erradicação do Trabalho Escravo e Degradante. No Brasil todo, estes números chegam para o mesmo período a 7.279 pessoas libertas ([http://www.novoeste.com/news\\_554\\_Campanha-contra-o-trabalho-escravo-alerta-para-numeros-crescentes-de-migracao-na-Bahia.html](http://www.novoeste.com/news_554_Campanha-contra-o-trabalho-escravo-alerta-para-numeros-crescentes-de-migracao-na-Bahia.html) - acesso em 13/05/2012).

Existe, nesse sentido, um fluxo de imigrantes temporários para a região Oeste da Bahia, notadamente, de alagoanos, piauienses e maranhenses que mantem uma rede de escravos articulada entre empresas de contratação de empregados (as chamadas “terceirizadas” ou prestadoras de serviços) e às modernas fazendas na região.

Podemos verificar, por exemplo, em matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo em 18/07/2004, baseada em dados dos relatórios de fiscalizações do Ministério do Trabalho que, foram retirados, só no ano de 2003, 1.043 trabalhadores em situação de escravidão em três fazendas no Oeste Baiano, sendo que 745 pessoas foram retiradas de uma fazenda no município de São Desidério. Os chamados “avulsos”, migrantes temporários, são os mais utilizados como mão-de-obra escrava nas grandes fazendas do agronegócio na região como podemos observar:

Trata-se de uma mão-de-obra avulsa, usada em serviços temporários e sobre a qual os fazendeiros consideram não ter responsabilidade trabalhista, uma vez que ela é contratada por intermediários especializados, os “gatos”. Segundo a

secretária de Inspeção do Ministério do Trabalho, Ruth Vilela, o fazendeiro trata de forma distinta seu trabalhador fixo e o avulso. O primeiro tem carteira assinada, comida farta e bom alojamento. O outro não tem carteira, é preso ao gato por um sistema de servidão por dívida, não pode abandonar a fazenda antes de terminar a empreitada e trabalha em condições desumanas. Há casos de resgate em fazendas com pistas de pouso para aviões de médio porte e sedes suntuosas, mas que alojavam os trabalhadores temporários nos currais ou em barracas de plástico, sem paredes, escondidas na mata. Segundo Vilela, os proprietários alegam desconhecer o que se passava em suas propriedades e atribuem a responsabilidade aos gerentes. Os municípios de Sorriso (MT), maior produtor de soja do Brasil, e de São Desidério (BA), maior produtor de grãos do Nordeste, estão na rota oficial do trabalho escravo, juntamente com outros celeiros prósperos da produção de grãos, como Campo Novo dos Parecis, Tapurah e Nova Mutum, no Mato Grosso, e Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães, na Bahia. (...) São Desidério, na Bahia, não fica atrás em termos de pujança agrícola. O município prevê colher, neste ano, 620 mil toneladas de soja, 193,7 mil toneladas de algodão e 280,7 mil toneladas de milho, café, arroz e frutas. Foi lá que ocorreu, no ano passado [2003], a maior operação de “libertação” de trabalhadores em condição análoga à escrava já realizada: 745 pessoas retiradas da fazenda Roda Velha, (...). No ano passado [2003], foram retirados 1.043 trabalhadores de três fazendas no Oeste baiano. Um caso teve repercussão pelo contraste entre a situação dos trabalhadores e o poder econômico do proprietário: o da fazenda Tabuleiro (...). A fazenda, de 20 mil hectares, era preparada para o plantio de soja, arroz e algodão quando houve a autuação. Os trabalhadores faziam a limpeza da terra, catando tocos e raízes. Segundo o relatório da fiscalização, 300 trabalhadores tiveram suas carteiras assinadas após a fiscalização, mas 259 decidiram, ainda assim, deixar a propriedade. Eles haviam sido

recrutados na Bahia, em Goiás, no Tocantins e até no Distrito Federal. (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u62501.shtml> - acesso em 15/03/2012).

É nesse cenário contraditório de exploração do trabalho que a ideologia do crescimento econômico da agricultura moderna é sustentada sem o desenvolvimento social. O Oeste Baiano não foge a regra de outras regiões do agronegócio brasileiro e faz parte de um processo mais amplo que envolve o “desenvolvimento econômico” agrícola de exploração da natureza e da força de trabalho a todo custo adotado no Brasil que prioriza as *commodities* agrícolas. Esse processo gerador de riqueza concentrada reproduz consequentemente pobreza.

No Brasil, segundo Silveira (2007), 8,5% da população encontra-se em condição de miséria, dos quais 4,5% residindo em áreas urbanas e 4% em áreas rurais. No entanto, faz-se necessário lembrar que mais de 80% da população é considerada urbana e menos de 20% rural. Sendo assim, a densidade da pobreza rural no Brasil é muito maior que a pobreza da população urbana. Por isso, em território nacional “a participação dos indigentes e pobres é superior no meio rural que nas áreas urbanas e metropolitanas, o que implica maior participação do meio rural na indigência e pobreza ante a sua contribuição populacional” (SILVEIRA, 2007, p. 5).

Locatel (2012, p. 20), utilizando-se dos dados do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – do ano de 2012, afirma que a pobreza na

região Nordeste ainda é uma característica presente:

- A região Nordeste é a que apresenta a maior concentração de população em condição de indigência;
- Essa situação atinge mais de 18% da população regional, representando aproximadamente 5% da população total do país e cerca de 60% do total dos indigentes do país.
- E 52% da população em condição de extrema pobreza encontra-se em áreas rurais no Nordeste.

Na tentativa de mudar essa realidade nordestina e brasileira, o Governo Federal lançou no ano de 2011, o “Brasil em Miséria”, um programa para transferência de renda. Essa política pública nacional de combate à pobreza do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (2012, p. 06) admite que “entre os mais desfavorecidos faltam instrução, acesso a terra e insumos para produção, saúde, moradia, justiça, apoio familiar e comunitário, crédito e acesso a oportunidades”. O objetivo central do MDS, por meio do programa, é promover a inclusão social e produtiva da população considerada pobre, de modo a reduzir o número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza e em condição de vulnerabilidade social.

No entanto, é necessário desenvolver uma política de combate à pobreza com capacidade efetiva e real de transformação da realidade dos mais pobres. Esta deve superar o assistencialismo e entender que a luta contra a pobreza não consiste somente em dar

(SALAMA E DESTREMAU, 1999), mas, sobretudo, em criar e oferecer possibilidades de emancipação como novas formas de integração na sociedade, menos precárias e mais autônomas. Estas políticas devem partir da realidade social de onde vivem os sujeitos, o “seu” lugar, e que procure gerar uma verdadeira transformação das condições de vida da população pobre.

Tendo em vista essa realidade, o governo federal tem ampliado sua política de combate à fome e à pobreza com o Programa Bolsa Família. Segundo Mendes (2009, p. 219), o Programa Bolsa Família (PBF) representa uma política pública social que vai ao encontro das demandas mais recentes em termos de garantia de renda como forma de combate a desigualdade e a pobreza extremas.

Conforme o autor, o programa tem como objetivos declarados distribuir renda e garantir a manutenção da segurança alimentar e é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), sendo gerido pelas prefeituras municipais. Abrangendo cerca de 11 milhões de famílias (dados referentes ao ano de 2010), o PBF se caracteriza pela transferência direta de renda na forma de um pagamento mensal as famílias consideradas pobres ou extremamente pobres.

No Oeste Baiano o Programa Bolsa Família atende um número representativo de pessoas em situação de vulnerabilidade social e pobreza nos municípios que compõem a região. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – de 2006 apontam que em Barreiras existiam 12.896 famílias pobres, 13.747 famílias de baixa renda e 17.672 famílias com



renda de ½ salário mínimo. Em Luís Eduardo Magalhães totalizavam 5.611 famílias pobres, 7.929 famílias de baixa renda e 5.606 famílias com renda de ½ salário mínimo. Já em São Desidério existiam 2.794 famílias pobres, 4.197 famílias de baixa renda e 4.322 famílias com renda de ½ salário mínimo.

Conforme dados de 2003 do IBGE, Barreiras figurava com 40,90% da sua população na incidência objetiva de pobreza (que engloba, por exemplo, emprego, renda, consumo e habitação). Já em São Desidério o valor é ainda maior, mais da metade de sua população, 51,65% caracterizava-se em situação de pobreza. Se considerarmos o índice de pobreza subjetiva

(que envolve a percepção das próprias pessoas sobre sua qualidade de vida em que figuram a felicidade, o prazer e a satisfação) o número é ainda maior: Barreiras apresenta 47,55% e São Desidério 69,54% de índices de pobreza subjetiva.

Com este contingente elevado de pessoas em situação de vulnerabilidade social e pobreza, é alto o número de pessoas na região que tem sua renda ligada ao Programa Bolsa Família. Podemos verificar, por exemplo, na tabela 1 a seguir, o número de famílias atendidas pelo PBF nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério.

Município	População	Bolsa Família	Bolsa Família
	(Censo 2010)	(número de famílias atendidas)	(número aproximado de pessoas)
Barreiras	137.427	21.293	63.879
Luís Eduardo Magalhães	60.105	4.029	12.087
São Desidério	27.659	3.026	9.078

**TABELA 1** - Número de famílias e pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério - 2010

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br).

Podemos observar que boa parte da população pobre desses municípios tem sua renda atrelada ao programa de transferência de renda Bolsa Família. De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 30% da população de São Desidério, por exemplo, vive em domicílios com renda média per capita inferior a R\$ 70, linha de miséria do governo federal. Comparando o PIB per capita (R\$ 35.657,18), o município está entre

os 2% mais ricos do país. Já analisando a miséria, figura entre os 20% mais pobres.

Em São Desidério o PIB não se traduz em bem-estar e desenvolvimento social para seus habitantes, a falta de esgotamento sanitário, de melhorias na educação, saúde e infraestrutura urbana são alguns dos principais problemas. Existem extensas fazendas com lavouras mecanizadas, com as mais modernas máquinas agrícolas e com enormes volumes de

produção/produktividade, mas contraditoriamente, de acordo com os dados do governo federal de combate à fome e à pobreza, 3.026 famílias (aproximadamente 9.078 pessoas) vivem com o repasse do programa bolsa família. Se compararmos com a população do município, 27.659 habitantes, de acordo com o Censo 2010, 33% são atendidas pelo programa. Assim, São Desidério, o município com a maior produção de algodão do Brasil, que tem “orgulho” de ter um PIB agropecuário de 662.504 milhões, tem boa parte de sua população sobrevivendo com benefícios do governo federal.

Em Barreiras, município com maior quantidade de população regional, 137.427 habitantes segundo o Censo 2010, tem 12.896 famílias (aproximadamente 63.879 habitantes) vivendo com recurso do programa bolsa família, perfazendo 47% do total da população! Esse repasse mensal é no valor de 1.569.410 milhão para atender a grande demanda. Considerando que esse município apresenta o segundo maior PIB agropecuário da Bahia, 334,41 milhões, cabe à pergunta: porque toda essa riqueza gerada não se reverte em desenvolvimento social?

Outro município que não traduz crescimento econômico em desenvolvimento social é Luís Eduardo Magalhães. Mesmo tendo um PIB agropecuário de 261.776 milhões, esse município tem 4.029 famílias (aproximadamente 12.087 pessoas) vivendo com recurso do programa bolsa família. Ao comparar com a população municipal (60.105 habitantes

conforme o Censo 2010), 20% destes são atendidos pelo programa bolsa família.

Em Luís Eduardo Magalhães, ainda, podemos verificar num breve caminhada pelos bairros da cidade como a paisagem se transforma radicalmente em poucos metros pela desigualdade social acentuada. Lado a lado, fazendeiros e trabalhadores vivem em condições distintas e extremamente desiguais de infraestrutura. De um lado, no bairro Jardim Paraíso, se localizam os condomínios fechados como o Rio das Pedras, onde moram a maioria dos agricultores e empresários, na sua grande parte “gaúchos”, vinculados ao “mundo” do agronegócio com uma infraestrutura dotada, por exemplo, de aeroporto particular, campo de golfe e pista de kart, do outro lado, no bairro Santa Cruz, temos a presença de trabalhadores baianos, cearenses e alagoanos que residem numa base física instável devido a precariedade de infraestrutura de moradia, estradas sem pavimentação, falta de esgotamento sanitário, dificuldade de acesso a bens e serviços como educação e saúde conforme podemos observar alguns destes aspectos nas fotos 3 e 4.

Com base nos dados do IBGE do Censo 2010, o esgoto a céu aberto e o despejo irregular de lixo permanecem no entorno (um dos lados da quadra) de 11% e 5% dos domicílios brasileiros. Na região Nordeste, mais de um quarto dos domicílios (26,3%) foi identificado em vias públicas com esgoto a céu aberto. No Oeste Baiano a situação é alarmante. Em nenhum município da região existe rede de



**FOTO 3** – Condomínio Rio das Pedras – Luís Eduardo Magalhães  
Foto: Marcos Leandro Mondardo, 26/08/2011.



**FOTO 4** – Território precário: bairro Santa Cruz – Luís Eduardo Magalhães  
Foto: Marcos Leandro Mondardo, 26/08/2011.

esgotamento sanitário; algumas residências contam apenas com fossa séptica. Na maioria dos domicílios o esgoto corre a céu aberto pelas ruas das cidades. Em Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério identificamos, principalmente, nos bairros periféricos, no entorno de grande parte dos domicílios, ocorre falta de abastecimento de água, inexistência de rede de esgoto e insuficiência na coleta de lixo.

Além disso, identificamos uma precária rede de iluminação pública, ruas não pavimentadas e a inexistência de meio-fio/guia ou calçadas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A expansão dos latifúndios de soja, milho e algodão impõem-se no Oeste Baiano como a paisagem material predominante pela consolidação do agronegócio como lógica de

produção agrícola hegemônica. Essa concretude é respaldada politicamente pela ideologia do crescimento econômico, da geração de emprego, da reprodução em escala macro do capital e dos interesses do Estado que pretende ampliar a arrecadação de impostos por meio da exportação de commodities agrícolas. Sem esquecer, também, dos interesses dos grupos multinacionais do agronegócio globalizado, como a Bunge e a Cargill, que visam o lucro macro, rápido e arrasador nessa área de expansão agrícola.

O crescimento acelerado desse movimento do capital monopolística e financeiro ocorre por conquistas territoriais agressivas, altamente concentradoras de riqueza e renda o que reproduz nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério uma dupla face desse crescimento econômico, de um lado, os territórios dos ricos, das modernas e extensas fazendas do agronegócio e dos condomínios fechados, e do outro, o território dos pobres, da sobre-exploração do trabalho, do trabalho escravo e da precária infraestrutura de bens e serviços.

Essa realidade contraditória revela que existem limites incomensuráveis entre o propalado crescimento econômico e o desenvolvimento social. A pujança econômica agrícola regional não é revertida, muito menos transformada, em uma nova realidade social para os mais pobres. Para além do mero discurso ideológico da reprodução ampliada do capital da moderna agricultura, o acesso a bens e serviços coletivos e a condições dignas de vida e de trabalho deveriam ser mais que uma prioridade, e sim um direito universal para

todos aqueles que dependem do território como espaço fundamental para sua sobrevivência cotidiana.

#### NOTA

Geógrafo; Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

E-mail: marcosmondardo@yahoo.com.br

#### REFERÊNCIAS

BERNARDES, J. A; BRANDÃO FILHO, J. B. *Geografias da soja II: a territorialidade do capital*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2010.

CASTORIADIS, C. Reflexões sobre o “desenvolvimento” e a “racionalidade”. In: CASTORIADIS, C. *Encruzilhadas do labirinto II: os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, J. de. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

DUPAS, G. *O mito do progresso*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

HAESBAERT, R. “Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: FFLCH-USP, 1995.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, v. 17, p. 19-45, 2008.

LOCATEL, C. D. Tecnificação dos territórios rurais no Brasil: políticas públicas e pobreza. *Anais do XII Colóquio de Geocrítica*. Universidad Nacional de Colômbia, Bogotá, de 7 a 11 de maio de 2012.

MARTINS, J. de S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.



MDS - Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. *Plano Brasil sem Miséria*. Disponível em: <[www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/brasil-sem-miseria](http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/brasil-sem-miseria)>. Acesso em 10/06/2012.

MENDES, P. B. O Programa Bolsa Família entre a assistência condicionada e o direito universal. *Revista Lugar Comum*, n. 27, p. 217-231, 2009.

MONDARDO, M. L. Da dinâmica migratória sulista à expansão do agronegócio: novas territorializações no Oeste Baiano. In: MONDARDO, M. (Org.). *Espaços agrários e meio ambiente*: Bahia, Bahias. Rio de Janeiro: Ponto da Cultura, 2011. p. 64-81.

MONDARDO, M. PEREIRA, M. A. Q. "A Bahia não se divide": conflitos de territorialidades, discursos e reinvenção de identidades em torno da criação do estado do Rio São Francisco. In: FONSECA, Antonio A. M. da; PERTILE, Noeli; CALDAS, Alcides dos Santos; BRITO, Cristóvão de. (Org.). *Estado, território e a dinâmica das fronteiras: reflexões e novos desafios*. 1 ed. Salvador: JM Gráfica e Editora Ltda, 2013. p. 267-285.

SALAMA, P. DESTREMAU, B. *O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda*. Rio de Janeiro, Editora Garcimond Universitária, 1999.

SANTOS FILHO, M. *O processo de urbanização no Oeste baiano*. Recife: SUDENE, 1989.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 3 ed. Hucitec: São Paulo, 1997.

SILVEIRA, F. G. *Dimensão, magnitude e localização das populações pobres no Brasil*. Texto para discussão n. 1278. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2007.

## SITES CONSULTADOS

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br) - acesso em 15/05/2012.

<http://www.ibge.gov.br> - acesso em 02/03/2012.

<http://www.barreirasnoticias.com/2012/05/operacao-flagra-trabalho-escravo-no.html> - acesso em 05/06/2012.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u62501.shtml> - acesso em 15/03/2012.

[http://www.novoeste.com/news\\_554\\_Campanha-contra-o-trabalho-escravo-alerta-para-numericos-crescentes-de-migracao-na-Bahia.html](http://www.novoeste.com/news_554_Campanha-contra-o-trabalho-escravo-alerta-para-numericos-crescentes-de-migracao-na-Bahia.html) - acesso em 13/05/2012.